



GJBB
Nº 70032730731
2009/CÍVEL

AÇÃO DIRETA
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70032730731

COMARCA DE PORTO ALEGRE

MESA DA CAMARA MUNICIPAL DE
VIAMAO

PROPONENTE

MUNICIPIO DE VIAMAO

REQUERIDO

EXMO. SR. PROCURADOR-GERAL
DO ESTADO/RS

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos

1. Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade com pedido de liminar, que a MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIAMÃO/RS move contra o MUNICÍPIO DE VIAMÃO, com fundamento no artigo 125, § 1º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 95, § 2º, inciso IV, da Constituição Estadual, objetivando a declaração de inconstitucionalidade do Decreto Executivo nº 024/2009, que cancelou todas as gratificações especiais concedidas no âmbito do Poder Executivo, por ofensa aos artigos 37 e 39 da Constituição Federal.

2. Para o provimento liminar não de concorrer os requisitos legais da relevância dos motivos em que se assenta o pedido e da possibilidade de lesão irreparável ao direito do Autor.

A questão ora exame, que não é nova, diz com a concessão de provimento judicial antecipatório contra a Fazenda Pública.

Com efeito, desde a Lei 8.437/92 foram impostas restrições à concessão de liminares contra o Poder Público. Para o mesmo efeito sobreveio a Lei 9.494/94 disciplinando a aplicação da tutela antecipada.



GJBB
Nº 70032730731
2009/CÍVEL

Vencida a questão da constitucionalidade do artigo 1º da Lei 9.494/94, ainda que em sede liminar, pela ADC 4-UF, cumpre apreciar o tema à luz da legislação infraconstitucional.

Na verdade o parágrafo 2º do artigo 273 do CPC não fez mais do que reproduzir, com outras palavras, o que já dispunha o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei 8.437/92, pondo em causa, fundamentalmente, o risco da irreversibilidade, a que se contrapõe o risco da irreparabilidade.

A irreversibilidade, ensina J. J. Calmon dos Passos, não é apenas material, como na hipótese de infungibilidade, de fácil compreensão, mas também econômico-financeira, v.g., quando “a parte beneficiada com a antecipação não tem idoneidade financeira para repor as coisas ao estado anterior...” (Comentários ao CPC – Forense – oitava edição – vol. III, pág. 45).

No caso, o provimento liminar se ostenta irreversível ou, ao menos de improvável reversibilidade, por não demonstrada a capacidade econômico-financeira dos servidores do Poder Executivo Municipal de repor a importância que eventualmente viessem a receber, com o que o risco de dano irreparável se transferiria para a esfera jurídica e patrimonial do Município.

Por isso, ante a impossibilidade de reversão ao “status quo ante”, com a pronta devolução das importâncias eventualmente recebidas por força da antecipação, não há como conceder a liminar na forma pleiteada.

Não concedo, pois, a medida liminar.

3. Notifique-se o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Viamão/RS, para que, no prazo de 30 dias, apresente as informações que entender necessárias.



76
ml

GJBB
Nº 70032730731
2009/CÍVEL

Cite-se o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Estado, para responder a ação, querendo, no prazo de 40 dias.

Após, dê-se vista à Dra. Procuradora-Geral de Justiça, pelo prazo de 15 dias, para emitir Parecer.

Cumpra-se.

Porto Alegre, 27 de outubro de 2009.

DES. GENARO JOSÉ BARONI BORGES,
Relator.